PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 112, DE 2021

Institui o Código Eleitoral.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº

Art. 1º Acrescente-se o seguinte inciso V ao §2º do art. 49 do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021:

	49						
§2º	Consideram-se le que fundame	justa	causa	para	а	desfiliação	
V – eleit	carta de anuênc os.	ia ofere	ecida pe	los pa	rtide	os políticos a	aos filiados
							,,

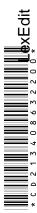
Art. 2º Suprima-se o §3º do art. 49 do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, renumerando-se os demais.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo inserir novo inciso V ao art. 49 do Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, que traz o novo Código Eleitoral.

O referido dispositivo considera como justa causa para desfiliação partidária o recebimento de carta de anuência oferecida pelo partido a seus filiados eleitos. Dessa forma, eleito poderá se desfiliar do partido pelo qual foi eleito sem perder a função ou o cargo que exerça, na respectiva Casa Legislativa, em virtude da proporção partidária.





A proposta privilegia a autonomia partidária em permitir a saída de filiados de sua legenda. Nesse sentido, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, de de 2021.

Deputada Renata Abreu Podemos/SP





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Da Sra. Renata Abreu)

Institui o Código Eleitoral.

Assinaram eletronicamente o documento CD213408632200, nesta ordem:

- 1 Dep. Renata Abreu (PODE/SP)
- 2 Dep. Danilo Cabral (PSB/PE) LÍDER do PSB
- 3 Dep. Julio Cesar Ribeiro (REPUBLIC/DF)
- 4 Dep. Roberto de Lucena (PODE/SP)
- 5 Dep. Rodrigo Coelho (PSB/SC)
- 6 Dep. Diego Garcia (PODE/PR) VICE-LÍDER do PODE
- 7 Dep. Tiago Dimas (SOLIDARI/TO) VICE-LÍDER do SOLIDARI
- 8 Dep. Alan Rick (DEM/AC) VICE-LÍDER do DEM
- 9 Dep. Igor Timo (PODE/MG) LÍDER do PODE *-(P_7397)
- 10 Dep. Orlando Silva (PCdoB/SP)
- 11 Dep. Aroldo Martins (REPUBLIC/PR)
- 12 Dep. Nivaldo Albuquerque (PTB/AL) VICE-LÍDER do Bloco PROS, PSC, PTB
- 13 Dep. Subtenente Gonzaga (PDT/MG)



^{*} Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.